

NACIONAL

ÇÃO SOCIAL

“Fome Zero” é barato, dizem técnicos

Especialistas independentes destacam, porém, dificuldades de fiscalizar o uso dos recursos

Sabrina Lorenzi*
do Rio

Eliminar a fome do mapa social brasileiros, primeiro compromisso declarado de Luiz Inácio Lula da Silva em seu futuro governo, não custaria mais de 2% do Produto Interno Bruto (PIB) ao ano. Os gastos anuais com as principais medidas do programa “Fome Zero”, elaborado pelo Instituto Cidadania, ONG presidida por Lula, e incorporado ao programa de governo do PT, foram estimados em R\$ 21 bilhões pelos coordenadores do projeto.

Para especialistas independentes, o valor é considerado suficiente — e barato — para um problema que, segundo eles, realmente merece grande prioridade social. “É perfeitamente viável e necessário”, avalia o economista Lauro Ramos, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Estudo do próprio Ipea, lembra ele, confirma que seria preciso destinar 2% do PIB a políticas sociais para que pessoas carentes pudessem ter acesso a uma alimentação adequada.

O programa propõe atacar a fome com políticas horizontais — reforma agrária, geração de emprego, incentivo à agricultura familiar e universalização da previdência social — e verticais, voltadas pontualmente para o problema da desnutrição. Entre os projetos específicos, quatro exigirão investimentos equivalentes a 1,5% do PIB por ano: distribuição de cupons de alimentação e a ampliação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) para pequenas e microempresas; merenda escolar mais completa; e extensão de projetos de restaurantes populares a outras cidades além de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, onde já funcionam.

Sem estimativa definida de custos, os projetos de combate à desnutrição infantil, educação alimentar, tais como os de segurança e qualidade dos alimentos, pouco deverão alterar o orçamento do “Fome Zero”, se forem implantados. Mais de 90% do custo das medidas emergenciais está concentrado no projeto mais abrangente do “Fome Zero”: o Programa Cupom de Alimentação (PCA), que visa atender a 44 milhões de brasileiros.

O preço do combate à fome			
Custos e fontes de recursos			
Programas	Público potencial beneficiário (em mil)	Custo total* (R\$ mil/ano)	Fontes de recursos
Agricultura familiar e auto-consumo	6.370	Já previsto em orçamento	Programas de política agrícola e recursos municipais
Cupons de alimentação	44.043	19.961,24	Tesouro, Fundo de Combate à Pobreza e Fundo de Assistência
PAT	15.705	203,69	Renúncia fiscal
Combate à desnutrição	2.507	Já previsto em orçamento	Federal/municipal
Restaurantes populares	154,6	70,78	Aproveitamento de instalações púb auto-sustentado
Banco de alimentos	269,2	Não estimado	Prefeitura e sociedade civil

Fonte: Projeto Fome Zero/versão 3 *Custos adicionais

Só para os cupons, o PT planeja destinar R\$ 19,9 bilhões ao ano. O objetivo é complementar a renda de 9,3 milhões de famílias que não têm condições de se alimentar adequadamente, mesmo que estas já sejam beneficiadas por outros programas governamentais como os de renda-mínima, bolsa-escola e seguro-desemprego. As famílias receberão os cupons durante períodos de seis ou doze meses, prorrogáveis se os problemas de “insegurança alimentar” persistirem.

Tropeços do caminho

Pela proposta, o próximo governo cobrará contrapartidas dos beneficiados como frequência a escolas, requalificação profissional e até mesmo prestação de serviços comunitários. A principal e também mais desafiadora condição para conceder os cupons será a garantia de que serão utilizados somente na compra de alimentos, com restrições para a aquisição de produtos de limpeza, remédios, bebidas e salgadinhos do tipo “fast food”, que também estão disponíveis nas prateleiras dos supermercados que re-

ceberão os cupons como forma de pagamento. “O grande problema deste programa será fiscalizar o uso dos cupons”, diz Lauro Ramos, do Ipea. “É um caminho a se tropeçar, mas o PT está sendo eleito para mudar e, então, tem que fazer e ousar.” Para Renato Baumann, diretor, no Brasil, da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal), há outros problemas. “Deve-se cuidar para que o programa de combate à fome não inviabilize ações em outras áreas tão carentes quanto a da alimentação, como educação e saúde”, diz ele.

Marcelo Cortes Neri, do Centro de Políticas Sociais (CPS), da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro (FGV-RJ), vê um outro obstáculo no “Fome Zero”: a falta de liberdade da população carente para escolher qual a necessidade a combater, dentre aquelas que mais a afligem. “Pode ser remédio, roupa, moradia, outras necessidades que não a comida”, afirma Neri, embora ele próprio concorde que a fome deve ficar no primeiro lugar da lista. O problema atinge pelo menos 24 milhões de brasileiros,

metade do total de pessoas que se encontra abaixo da linha de pobreza (famílias com renda per capita inferior a R\$ 88 mensais).

A preocupação de Baumann e Neri com o atendimento de outras necessidades da população, além da alimentação, é motivada pelas restrições orçamentárias que o próximo governo terá de enfrentar. O programa “Fome Zero” cita, como fontes de recursos, tanto o Fundo de Combate à Pobreza, estimado em cerca de R\$ 4 bilhões anuais, quanto o aumento de arrecadação de impostos a redução da sonegação. Estas duas últimas fontes, no entanto, exigem que, de um lado, aumente a produção e a venda de alimentos e, de outro, que essa expansão seja devidamente taxada.

Na teoria, o “Fome Zero” dá conta disso, visto que prevê demanda cativa com os cupons e controle fiscal com a obrigatoriedade da emissão de nota fiscal nas compras com cupons. Mas o que parece bem planejado no papel e nas intenções, ainda terá de passar pela prova da vida real.

* da Gazeta Mercantil Tempo Real